



MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Protocolo
item 59

DRF / LIMEIRA ARF / MOGI GUAÇU
21 JAN 2016
PROT. AUXILIAR 50 / 2016
RUBRICA

João Luiz Gustavo Antunes
10/01/2016

À
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
AGÊNCIA MOGI GUAÇU

Ofício GCO nº 03/2016

Mogi Mirim, 13 de janeiro de 2016.

Ref.: Cancelamento de parcelamento previdenciário ordinário

Solicito o cancelamento do parcelamento previdenciário ordinário, efetivado através do pedido nº 1302333, COMPROT nº 13840.720061/2015-31, relativo às competências 10/2014 à 13/2014.

O saldo do débito não quitado até a presente data será objeto de novo parcelamento de contribuições, somado aos débitos das competências 08/2015, 09/2015, 10/2015, 11/2015 e 13/2015.

Limitado ao exposto, reitero votos de estima e respeito.

Atenciosamente

Luis Gustavo Antunes Stupp
Prefeito Municipal

Reconheço por SEMELHANÇA a Assinatura de Luis Gustavo Antunes Stupp, DOU FE.

MOGI MIRIM, 13/01/2016 EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

RAFAEL GUARDIA VICTAL DO PRADO - 2º SUBSTITUTO
V. Unit R\$ 2.12 V. Tot R\$ 2.12
Válido somente com o selo de autenticidade, assinaturas ou rubricas



Extrato de Parcelamento Simplificado de Contribuições Previdenciárias

CNPJ: 45.332.095/0001-89 - MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

13/01/2016 12:58:35

Selecione um dos parcelamentos para a consulta ao Extrato de Parcelamento:

PARCELAMENTO(S) SIMPLIFICADO(S) NA UNIDADE DA RFB

Nº Pedido	Data Pedido	Situação do Parcelamento	Saldo Devedor (R\$)	Dt. Atualização Saldo	Extrato
1302333	26/01/2015	EM DIA	4.245.780,81	13/01/2016	

Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa da União, ou prosseguimento da cobrança no caso de débito já inscrito, a falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela estando as demais pagas (art. 14-B da Lei nº 10.522 de 2002 e suas alterações). O pagamento a menor do valor da parcela também será considerado inadimplimento do parcelamento.

Conforme legislação vigente, os pagamentos efetuados a maior para o parcelamento não gerarão direito de restituição, exceto no caso de liquidação do parcelamento. Esses pagamentos efetuados a maior serão utilizados para amortizar o saldo do parcelamento, abatendo assim os valores das últimas prestações.

Versão 3.3.13b



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

PEDIDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PEPAR
MODALIDADE SIMPLIFICADO

Contribuinte: MUNICIPIO DE MOGI MIRIM
Nº de Inscrição: 45.332.095/0001-89 (X) CNPJ () CPF () CEI () NIT
Endereço: RUA DR. JOSE ALVES 129 - A - CENTRO
Cidade: MOJI MIRIM UF: SP CEP: 13.800-900
Representante Legal/Procurador: _____
CPF do Representante Legal/Procurador: _____

REQUERIMENTO

O contribuinte acima identificado, nos termos da legislação pertinente, requer o parcelamento de seu(s) débito(s) discriminado(s) no formulário Discriminação dos Débitos a Parcelar – DIPAR, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em 60 (sessenta) prestações mensais.

Declara ainda estar ciente de que o presente pedido importa:

- a) em confissão irretratável da dívida e configura confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil; e
- b) em autorização para que eventuais créditos que tem ou venha a ter direito junto à Fazenda Nacional, passíveis de restituição ou ressarcimento, sejam compensados com os débitos objeto do parcelamento ora pretendido, quitando-se, nesse caso, as parcelas vincendas, em ordem decrescente de data de vencimento.

Local e data

LOIS GUSTAVO ANTUNES STUPP
Prefeito Municipal

Assinatura Contribuinte/Representante Legal/Procurador

Telefone para contato: _____

Protocolo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Discriminação do(s) Débito(s) a Parcelar - DIPAR

Contribuinte: MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

Nº de Inscrição: 45.332.095/0001-89

☒ CNPJ () CPF () CEI () NIT

Tributo: Contribuição Previdenciária

Código: (não se aplica)

Nº DEBCAD	Período de Apuração/Competência	Vencimento	Valor Originário
48.628.609-6	10/2014 - 13/2014	-	3.890.180,40

Local e data

LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP
Prefeito Municipal

Assinatura Contribuinte/Representante Legal/Procurador

Telefone para contato: _____

Protocolo

LCPTPRO

LCPTPRO

DATA: 26/01/15

HORA: 09:24:20

PROCESSO 486286096 DCGO

[illegible]

000000 PROXIMA

ASSINALAR	Situacao	ou	Valor
-----------	----------	----	-------

F inalizar	P rincipal	M odulo	A nterior
------------	------------	---------	-----------

LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP
Prefeito Municipal

Usuário: JOANILCE GARCIA FERNANDES
CPF: 530.605.559-15
Perfil: RFB - MANUTENÇÃO LOCAL
ARF/CAC: 21.040.020

OK

Início

Fim

Negociação

Informações RCL

Parâmetros

Sair

Contribuinte: MUNICIPIO DE MOGI MIRIM **ARF/CAC:** 21.040.020

CNPJ: 45.332.095/0001-89

PFN: 21.200.801

Detalhar Pedido de Parcelamento

Dados do Pedido

Nº da Negociação:	2510255	Situação do Pedido:	CONSOLIDADO
Nº do Pedido:	1302333	Data Pagto 1ª Parcela/Pedágio:	26/01/2015
Modalidade:	RFB - Lei 10.522/2002 Ordinário - Órgão do Poder Público	Quantidade de Parcelas:	60
Submodalidade:	Parcelamento	Valor Consolidado:	R\$ 4.713.346,92
Data do Pedido:	26/01/2015	Valor da 1ª Parcela/Pedágio:	-
Data de Validade do Pedido:	30/01/2015	Valor da Parcela Básica:	R\$ 78.555,78

Dados de Consolidação

Data da Consolidação: 05/02/2015
Nº do COMPROT: 13840.720061/2015-31

Composição do Pedido

	Valor Consolidado (R\$) em 27/01/15	Valor na Parcela Básica (R\$)
PRINC. ATUALIZADO	3.890.180,40	64.836,34
TRD	0,00	0,00
IPC	0,00	0,00
IPCA-E	0,00	0,00
TJLP	0,00	0,00
INPC	0,00	0,00
POUPANÇA	0,00	0,00
JUROS DE MORA	0,00	0,00
SELIC	45.130,44	752,17
MULTA DE MORA	778.036,08	12.967,27
MULTA DE OFÍCIO	0,00	0,00
SELIC MULTA DE OFÍCIO	0,00	0,00
MULTA ISOLADA	0,00	0,00
SELIC M. ISOLADA	0,00	0,00
HONORÁRIOS/ENCARGOS LEGAIS	0,00	0,00
JUROS HONORÁRIOS-REFIS	0,00	0,00
SUB TOTAL	4.713.346,92	78.555,78

05/02/2015

Sistema de Parcelamento Previdenciário - Detalhar Pedido de Parcelamento

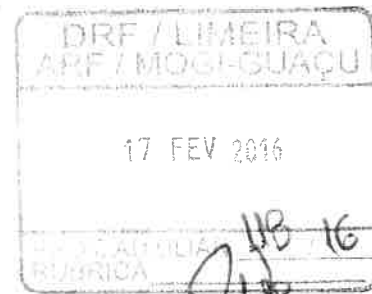
SELIC ENCARGO		0,00	0,00
TOTAL		4.713,14\$ 32	4.713,14\$ 32
Processos Componentes			
Processo	CNPJ/CEI	Situação/Fase	Ord.Parom Ant.Orig. Ord.Parom Ant.Atual
48.628.609-6	45.332.095/0001-89	INCLUIDO PARC.ESP/ORD/SIMPLIF.	0 0
			05/02/2015

[Voltar](#)

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: IELINEQUE REZENDE FALCAO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: UC70-EZDF-6580-LHYL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



PEDIDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS - PEPAR
MODALIDADE ORDINÁRIO

Contribuinte: MUNICIPIO DE MOGI MIRIM
Nº de Inscrição: 45.332.095/0001-89 (x) CNPJ () CPF () CEI () NIT
Endereço: RUA DR JOSE ALVES, 129-A - CENTRO
Cidade: MOGI MIRIM UF: SP CEP: 13.800-050
Representante Legal/Procurador: _____
CPF do Representante Legal/Procurador: _____

REQUERIMENTO

O contribuinte acima identificado, nos termos da legislação pertinente, requer o parcelamento de seu(s) débito(s) discriminado(s) no formulário Discriminação dos Débitos a Parcelar – DIPAR, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em 60 (sessenta) prestações mensais.

Declara ainda estar ciente de que o presente pedido importa:

- a) em confissão irretratável da dívida e configura confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil; e
- b) em autorização para que eventuais créditos que tem ou venha a ter direito junto à Fazenda Nacional, passíveis de restituição ou ressarcimento, sejam compensados com os débitos objeto do parcelamento ora pretendido, quitando-se, nesse caso, as parcelas vincendas, em ordem decrescente de data de vencimento.

Local e data

15 FEV 2016

Cartão de Selos
de Mogi Mirim

Assinatura Contribuinte/Representante Legal/Procurador

Telefone para contato: _____

Protocolo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Discriminação do(s) Débito(s) a Parcelar - DIPAR

Contribuinte: MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

Nº de Inscrição: 45.332.095/0001-89

(X) CNPJ () CPF () CEI () NIT

Tributo: Contribuição Previdenciária

Código: (não se aplica)

Nº DEBCAD	Período de Apuração/Competência	Vencimento	Valor Originário
12.536.067-3	08/2015 - 13/2015	-	8.277.897,74
48.628.609-6	11/2014 - 13/2014	-	3.116.261,91

Local e data

Assinatura Contribuinte/Representante Legal/Procurador

Telefone para contato:

Protocolo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Identificação da Entidade do Poder Público (Estado, Distrito Federal e Município)	
01 - NOME MUNICIPIO DE MOGI MIRIM	
02 - CNPJ 45.332.095/0001-89	03 - TELEFONE
04 - SEDE RUA DR JOSE ALVES, 129-A - MOGI MIRIM - SP	
05 - REPRESENTANTE LEGAL (NOME)	
06 - CARGO OU FUNÇÃO	07 - CPF

O ente político acima identificado declara estar de acordo com as seguintes cláusulas, que farão parte do processo de parcelamento solicitado por meio dos formulários Pedido de Parcelamento de Débitos – Pepar e Discriminação do Débito a Parcelar – Dipar:

Cláusula 1ª O ente político autoriza a retenção do valor da parcela, acrescido da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada mensalmente, na cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou na cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE), bem como a retenção em cota(s) posterior(es) de diferença, caso não tenha sido a parcela plenamente quitada.

Cláusula 2ª O ente político autoriza que seja efetuada a retenção no FPM e/ou FPE do valor das suas obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação.

Cláusula 3ª O ente político autoriza, quando houver atraso no cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, inclusive de prestações de parcelamento em atraso, que seja efetuada a retenção no FPM e/ou FPE do valor correspondente à mora.

Cláusula 4ª O ente político autoriza o repasse dos valores retidos na forma das cláusulas 1ª, 2ª e 3ª à União.

Local e data

15 FEV 2016

Assinatura do Representante Legal

Telefone para contato:

Protocolo

Usuário: JOANILCE GARCIA FERNANDES
CPF: 530.605.559-15
Perfil: RFB - MANUTENÇÃO LOCAL
ARF/CAC: 21.040.020

☐ CNPJ ☐ CEI ☐ CPF

Contribuinte: MUNICIPIO DE MOGI MIRIM **ARF/CAC:** 21.040.020 **PFN:** 21.200.801
CNPJ: 45.332.095/0001-89

Detalhar Pedido de Parcelamento

Dados do Pedido

Nº da Negociação:	2869606	Situação do Pedido:	A CONSOLIDAR
Nº do Pedido:	1556245	Data Pagto 1ª Parcela/Pedágio:	-
Modalidade:	RFB - Lei 10.522/2002 Ordinário - Órgão do Poder Público	Quantidade de Parcelas:	60
Submodalidade:	Reparcelamento	Valor Consolidado:	R\$ 14.408.724,07
Data do Pedido:	04/02/2016	Valor da 1ª Parcela/Pedágio:	R\$ 1.440.872,40
Data de Validade do Pedido:	18/02/2016	Valor da Parcela Básica:	R\$ 219.794,10

Discriminativo do Pedido			
Rubrica	Valor Consolidado (R\$) em 02/2016	Valor da 1ª Parcela/Pedágio (R\$)	Valor da Parcela Básica (R\$)
PRINC. ATUALIZADO	11.394.159,65	1.139.415,96	173.809,22
TRD	0,00	0,00	0,00
IPC	0,00	0,00	0,00
IPCA-E	0,00	0,00	0,00
TJLP	0,00	0,00	0,00
INPC	0,00	0,00	0,00
POUPANÇA	0,00	0,00	0,00
JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00
SELIC	735.732,49	73.573,25	11.223,04
MULTA DE MORA	2.278.831,93	227.883,19	34.761,84
MULTA DE OFÍCIO	0,00	0,00	0,00
SELIC MULTA DE OFÍCIO	0,00	0,00	0,00
MULTA ISOLADA	0,00	0,00	0,00
SELIC M. ISOLADA	0,00	0,00	0,00
HONORÁRIOS/ENCARGOS LEGAIS	0,00	0,00	0,00
JUROS HONORÁRIOS-REFIS	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL	14.408.724,07	1.440.872,40	219.794,10
SELIC ENCARGO	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.408.724,07	1.440.872,40	219.794,10

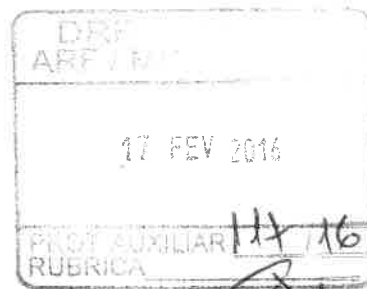
Processos Componentes

CNPJ/CEI	Situação/Fase	Qtd. Parc. Ant. Orig.	Qtd. Parc. Ant. Atual
----------	---------------	-----------------------	-----------------------



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO



NOME/EMPRESA (devedor): MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

CPF/CNPJ/CEI (devedor): 45.332.095/0001-89

Telefone/fax: () e-mail:

Requer **PARCELAMENTO** da dívida inscrita sob nº 124071651, Processo Administrativo Fiscal nº _____, em 60 (sessenta) parcelas mensais.

Declara que a respectiva dívida ativa:

☐ não se encontra em cobrança judicial.

☐ encontra-se em cobrança judicial, na Execução Fiscal nº _____, e que

☒ não há leilão designado na ação.

☐ há leilão designado na referida ação, marcado para ____ / ____ / ____

Declara, ainda, estar ciente de que, nos termos dos arts. 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, a presente solicitação importa em confissão irretratável da dívida, cujo valor originário será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, do encargo legal de que trata o Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e demais cominações legais e de que o pagamento da primeira parcela é antecipado, nos termos do art. 11 da Lei nº 10.522, de 2002.

Sendo o débito superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), oferece a garantia consubstanciada nos documentos em anexo. Na hipótese de ser aceita a garantia, compromete-se firmar o Termo de Parcelamento e o contrato ou apresentação de garantia, sob pena de indeferimento do parcelamento.

Declara, por fim, ter conhecimento de que a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de até 2 (duas) parcelas, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento, implicará na imediata rescisão do parcelamento com prosseguimento da execução, se for o caso, conforme o disposto nos incisos I e II do art. 14-B da Lei nº 10.522, de 2002.

_____, de 15 FEV 2016 de _____
Assinatura do interessado ou Representante legal

Nome (de quem assina): _____

CPF: _____

Telefone: () _____



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

Ao(s) **4 (quatro)** dia(s) do mês de **Fevereiro** do ano de **2016**, nesta unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, perante o Procurador da Fazenda Nacional abaixo assinado, compareceu **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM** doravante denominado(a) DEVEDOR, inscrito(s) no CPF/CNPJ/CEI sob nº **45.332.095/0001-89**, estabelecido(a)/residente e domiciliado(a) em **RUA DR JOSE ALVES, 1295 - MOGI MIRIM/SP** e neste ato regularmente representado(a) pelo(a) Sr.(a) _____, restou acordado que:

PRIMEIRO - O DEVEDOR confessa, irrefutavelmente, perante a Fazenda Nacional, o débito referente ao Processo Administrativo nº _____, **inscrito como Dívida Ativa da União sob o nº 124071651**.

SEGUNDO - Pleiteado com fundamento nos arts. 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, o parcelamento da dívida mencionada no item anterior foi deferido em **60 (sessenta)** parcelas.

TERCEIRO - **A dívida consolidada em 04/02/2016 alcança o valor de R\$ 2.205.284,62** sendo cada prestação mensal de valor igual a **36.754,74**, composta das seguintes parcelas: Principal - R\$ **1.584.825,45**; Multa - R\$ **316.965,09**; Juros de Mora consolidados - R\$ **103.013,66**; e do encargo previsto no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e alterações posteriores, e/ou honorários advocatícios - R\$ **200.480,42**.

QUARTO - As referidas prestações, para efeito de pagamento, serão acrescidas dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao vencimento da prestação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

QUINTO - O DEVEDOR autoriza a retenção do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do valor correspondente:

- a) a cada prestação mensal do parcelamento, por ocasião de ser vencimento;
- b) às obrigações previdenciárias correntes;
- c) à mora, quando verificado atraso ao cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, inclusive prestações de parcelamento em atraso.

SEXTO - O DEVEDOR autoriza o repasse dos valores retidos à União na forma da cláusula anterior.

SÉTIMO - O DEVEDOR declara-se ciente de que a rescisão do presente acordo acarretará, de pleno direito e independentemente de qualquer interpretação judicial ou extrajudicial, o vencimento do débito total remanescente, com a imediata apuração do saldo devedor para fins de ajuizamento ou prosseguimento da execução judicial, na forma da legislação pertinente.

E para constar e fazer prova do que foi ajustado, foi lavrado o presente Termo em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
(Carimbo com nome e matrícula)

DEVEDOR

Usuário: JOANILCE GARCIA FERNANDES
CPF: 530.605.559-15
Perfil: RFB - MANUTENÇÃO LOCAL
ARF/CAC: 21.040.020

CEI ☐ CPF OK

Início Incluir Negociação
 Informações RCL

Sair

Contribuinte: MUNICIPIO DE MOGI MIRIM **ARF/CAC:** 21.040.020 **PFN:** 21.200.801
CNPJ: 45.332.095/0001-89

Detalhar Pedido de Parcelamento

Dados do Pedido

Nº da Negociação:	2869618	Situação do Pedido:	A CONSOLIDAR
Nº do Pedido:	1556256	Data Pagto 1ª Parcela/Pedágio:	-
Modalidade:	PGFN - Lei 10.522/2002 Ordinário - Órgão do Poder Público	Quantidade de Parcelas:	60
Submodalidade:	Parcelamento	Valor Consolidado:	R\$ 2.205.284,62
Data do Pedido:	04/02/2016	Valor da 1ª Parcela/Pedágio:	-
Data de Validade do Pedido:	18/02/2016	Valor da Parcela Básica:	R\$ 36.754,74

Discriminativo do Pedido

Rubrica	Valor Consolidado (R\$) em 02/2015	Valor da Parcela Básica (R\$)
PRINC. ATUALIZADO	1.584.825,45	26.413,76
TRD	0,00	0,00
IPC	0,00	0,00
IPCA-E	0,00	0,00
TJLP	0,00	0,00
INPC	0,00	0,00
POUPANÇA	0,00	0,00
JUROS DE MORA	0,00	0,00
SELIC	103.013,66	1.716,89
MULTA DE MORA	316.965,09	5.282,75
MULTA DE OFÍCIO	0,00	0,00
SELIC MULTA DE OFÍCIO	0,00	0,00
MULTA ISOLADA	0,00	0,00
SELIC M. ISOLADA	0,00	0,00
HONORÁRIOS/ENCARGOS LEGAIS	200.480,42	3.341,34
JUROS HONORÁRIOS-REFIS	0,00	0,00
SUB TOTAL	2.205.284,62	36.754,74
SELIC ENCARGO	0,00	0,00
TOTAL	2.205.284,62	36.754,74

Processos Componentes

Processo	CNPJ/CEI	Situação/Fase	Qtd.Parcm.Ant.Orig.	Qtd.Parcm.Ant.Atual
12.407.165-1	45.332.095/0001-89	PRE-PARCELAMEN	0	0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

DCG - DÉBITO CONFESSADO EM GFIP

DÉBITO: 12.407.165-1.

Total Consolidade em: 12/12/2015

CONTRIBUINTE - DADOS DO CADASTRO NA RFB

CNPJ: 45.332.095/0001-89

Nome: MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

Endereço: RUA DR JOSE ALVES, 129-A

Bairro: CENTRO

Município: MOGI MIRIM

UF: SP CEP: 13.800-050

TEL: (1900) 3814-2151

DRF/ARF/CAC: 21.040.020

Competências do Débito Compreendida entre 07/2015 e 07/2015 inclusive.

CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO EM REAIS

Valor Originário	Multa	Juros	Total
1.584.825,45	316.965,09	67.830,52	1.969.621,06

Valor consolidado por extenso: (UM MILHAO NOVECIENTOS E SESSENTA E NOVE MIL SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS E SEIS CENTAVOS. *****)

Fica o contribuinte ciente de que o débito acima discriminado referente aos valores declarados em Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP deverá ser recolhido mediante emissão pela Receita Federal do Brasil de GPS específica ou parcelado, até o dia 12/12/2015.

Este instrumento servirá para inscrição do débito na dívida ativa, no todo ou em parte, e imediata cobrança judicial, na forma da legislação.

A não regularização do débito implicará sua inclusão no Cadastro Informativo de Débitos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN, nos termos do § 2º, do art. 2º, da Lei nº 10.522/2002.

Os relatórios Demonstrativos do débito e seus fundamentos legais podem ser obtidos no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br no seguinte caminho: Empresa / Cobrança e Fiscalização / Intimação de Pagamento - GFIP X GPS.

Obs.: Após a data supra mencionada, o contribuinte deverá comparecer no endereço da RFB, abaixo mencionado, para regularização do débito até a data do pagamento, emissão de GPS específica e demais orientações.

ENDEREÇO DA RFB PARA O CONTRIBUINTE 45.332.095/0001-89

AVENIDA NOVE DE ABRIL 402
MOGI GUACU - SP CEP - 13840-056

CENTRO

FUNDAMENTOS LEGAIS

Arts. 2º e 3º da Lei 11.457, de 16/03/2007;
Art. 32, IV, parágrafo 2º, da Lei 8.212/91, acrescentado pela Lei 9.528, de 10/12/97;
Art. 33, parágrafo 7º, da Lei 8.212/91, acrescentado pela Lei 9.528, de 10/12/97;
Art. 39, parágrafo 3º, da Lei 8.212/91 e alterações;
Art. 225, IV, parágrafo 4º, do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto 3.048, de 12/05/99;
Art. 242, parágrafo 1º e 2º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 12/05/99;
Art. 245, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, de 12/05/99.

MOGI GUACU

, 12 DE DEZEMBRO DE 2015




PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Requisição de documentos nº 05/2017 MJD - Item 5.4
EXERCÍCIO: 2016

Detalhamento da execução de pagamentos de encargos

Encargo Parcelado	Data do Parcelamento	Nº Pedido de Parcelamento	Nº do Parcelamento (RFB)	Valor Total Parcelado (incluindo multa e atualização)	Saldo em 31/12/2015	Pagamentos realizados em 2016			Saldo em 28/12/2016
						1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	
INSS RFB	05/02/2015	1302333	613023323	4.713.346,92	4.202.040,97	88.453,80	-	-	Cancelamento requerido em 21/01/2016, para reparcelamento junto à novas competências. Valor incluso no pedido nº 1556245.
INSS RFB	17/02/2016	1556245	615502229	14.408.724,07	-	1.887.406,09	922.740,73	962.148,65	11.956.754,48
INSS PGFN	17/02/2016	1556256	615502334	2.205.284,62	-	111.425,66	154.237,58	160.893,86	1.999.448,00

Observações: Anexos os extratos emitidos via e-CAC (site da RFB) com os valores pagos e respectivos saldos em 28/12/2016. Toda documentação da formalização e cancelamento dos parcelamentos já foram entregues na 1ª Parcela relativa à 2016.


Leonara Mariano Ferreira
Contadora - CRC 1SP247915/O-8

Detalhamento do extrato de Parcelamento Simplificado de Contribuições Previdenciárias

CNPJ: 45.332.095/0001-89 - MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

07/04/2017 11:43:20

Nº do Parcelamento
613023323 Saldo Devedor do ParcelamentoOrigem do Pedido
Unidade da Receita Federal Data de Atualização do Saldo Devedor
01/04/2016Data do Pedido
26/01/2015 Quantidade de Parcelas concedidas
60Situação do Parcelamento
RESCINDIDO Quantidade de Parcelas restantes
47

EXTRATO DE PARCELAMENTO

Parcela	Dt. Vencimento	Valor Devido (R\$)	Dt. Pagamento	Valor Pago (R\$)	Saldo Devedor (R\$)	Situação da Parcela	Qtd. Pagamentos	Detalhar
1	30/01/2015	78.555,78	26/01/2015	78.555,78	0,00	Liquidada	1	Er
2	27/02/2015	79.341,33	12/08/2015	84.093,96	0,00	Liquidada	1	Er
3	31/03/2015	79.985,49	30/03/2015	79.985,49	0,00	Liquidada	1	Er
4	30/04/2015	80.802,47	30/04/2015	80.802,47	0,00	Liquidada	1	Er
5	29/05/2015	81.548,75	20/05/2015	81.548,75	0,00	Liquidada	2	Er
6	30/06/2015	82.326,45	30/06/2015	82.326,45	6,04	Devedora (Resíduo)	2	Er
7	31/07/2015	83.167,00	12/08/2015	84.093,96	0,00	Liquidada	1	Er
8	31/08/2015	84.093,96	28/08/2015	84.093,96	0,00	Liquidada	1	Er
9	30/09/2015	84.965,93	30/09/2015	84.965,93	0,00	Liquidada	1	Er
10	30/10/2015	85.837,90	30/10/2015	85.837,90	0,00	Liquidada	1	Er
11	30/11/2015	86.709,86	20/11/2015	86.709,86	4,10	Devedora (Resíduo)	2	Er
12	30/12/2015	87.542,56	18/12/2015	87.542,56	0,00	Liquidada	1	Er
13	29/01/2016	88.453,80	29/01/2016	88.453,80	0,00	Liquidada	2	Er

Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa da União, ou prosseguimento da cobrança no caso de débito já inscrito, a falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela estando as demais pagas (art. 14-B da Lei nº 10.522, de 2002 e suas alterações). O pagamento a menor do valor da parcela também será considerado inadimplemento do parcelamento.

Conforme legislação vigente, os pagamentos efetuados a maior para o parcelamento não gerarão direito de restituição, exceto no caso de liquidação do parcelamento. Esses pagamentos efetuados a maior serão utilizados para amortizar o saldo do parcelamento, abatendo assim os valores das últimas prestações.

Guia de Antecipação: Gera GPS de antecipação do pagamento das últimas parcelas.
Guia de Resíduos: Gera GPS para pagamento de saldo devedor de parcelas pagas a menor.
Guia de Quitação: Gera GPS com valor do saldo devedor total do parcelamento.

Versão 5.0.0

Detalhamento do extrato de Parcelamento Simplificado de Contribuições Previdenciárias

CNPJ: 45.332.095/0001-89 - MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

28/12/2016 10:27:08

Nº do Parcelamento
615502229Saldo Devedor do Parcelamento
R\$ 11.956.754,63Origem do Pedido
Unidade da Receita FederalData de Atualização do Saldo Devedor
28/12/2016Data do Pedido
04/02/2016Quantidade de Parcelas concedidas
60Situação do Parcelamento
ATIVO (EM DIA)Quantidade de Parcelas restantes
49

EXTRATO DE PARCELAMENTO

Parcela	Dt. Vencimento	Valor Devido (R\$)	Dt. Pagamento	Valor Pago (R\$)	Saldo Devedor (R\$)	Situação da Parcela	Qtd. Pagamentos	Reemitir GPS	En Res
1	18/02/2016	1.440.872,40	12/02/2016	1.440.872,40	0,00	Liquidada	1	-	
2	31/03/2016	221.992,04	30/03/2016	221.992,04	0,00	Liquidada	1	-	
3	29/04/2016	224.541,65	29/04/2016	224.541,65	0,00	Liquidada	2	-	
4	31/05/2016	226.871,47	10/05/2016	226.871,47	0,00	Liquidada	1	-	
5	30/06/2016	229.311,18	11/11/2016	229.321,81	0,00	Liquidada	3	-	
6	29/07/2016	231.860,79	11/11/2016	232.246,94	0,00	Liquidada	2	-	
7	31/08/2016	234.300,51	30/08/2016	234.300,51	0,00	Liquidada	2	-	
8	30/09/2016	236.981,99	30/09/2016	236.981,99	0,00	Liquidada	1	-	
9	31/10/2016	239.421,71	28/10/2016	239.421,71	0,00	Liquidada	1	-	
10	30/11/2016	241.729,55	10/11/2016	241.729,55	0,00	Liquidada	1	-	
11	29/12/2016	244.015,40	09/12/2016	244.015,40	0,00	Liquidada	1	-	

Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa da União, ou prosseguimento da cobrança no caso de débito já inscrito, a falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela estando as demais pagas (art. 14-B da Lei nº 10.522, de 2002 e suas alterações). O pagamento a menor do valor da parcela também será considerado inadimplemento do parcelamento.

Conforme legislação vigente, os pagamentos efetuados a maior para o parcelamento não gerarão direito de restituição, exceto no caso de liquidação do parcelamento. Esses pagamentos efetuados a maior serão utilizados para amortizar o saldo do parcelamento, abatendo assim os valores das últimas prestações.

Guia de Antecipação: Gera GPS de antecipação do pagamento das últimas parcelas.

Guia de Resíduos: Gera GPS para pagamento de saldo devedor de parcelas pagas a menor.

Guia de Quitação: Gera GPS com valor do saldo devedor total do parcelamento.

Gerar Guia de Antecipação

Gerar Guia de Resíduos

Gerar Guia de Quitação

Versão 4.1.0.31

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: IELINEQUE REZENDE FALCAO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-procedimento.ice.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: UC70-EZDF-6580-LHYL

Detalhamento do extrato de Parcelamento Simplificado de Contribuições Previdenciárias

CNPJ: 45.332.095/0001-89 - MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

28/12/2016 10:27:52

Nº do Parcelamento
615502334Saldo Devedor do Parcelamento
R\$ 1.999.448,59Origem do Pedido
Unidade da Receita FederalData de Atualização do Saldo Devedor
28/12/2016Data do Pedido
04/02/2016Quantidade de Parcelas concedidas
60Situação do Parcelamento
ATIVO (EM DIA)Quantidade de Parcelas restantes
49

EXTRATO DE PARCELAMENTO

Parcela	Dt. Vencimento	Valor Devido (R\$)	Dt. Pagamento	Valor Pago (R\$)	Saldo Devedor (R\$)	Situação da Parcela	Qtd. Pagamentos	Reemitir GPS	Emitir Resíduo
1	18/02/2016	36.754,74	12/02/2016	36.754,74	0,00	Liquidada	1	-	
2	31/03/2016	37.122,28	30/03/2016	37.122,28	0,00	Liquidada	2	-	
3	29/04/2016	37.548,64	20/04/2016	37.548,64	0,00	Liquidada	1	-	
4	31/05/2016	37.938,24	10/05/2016	37.938,24	0,00	Liquidada	1	-	
5	30/06/2016	38.346,22	20/06/2016	38.346,22	0,00	Liquidada	1	-	
6	29/07/2016	38.772,57	29/07/2016	38.772,57	0,00	Liquidada	1	-	
7	31/08/2016	39.180,55	19/08/2016	39.180,55	0,00	Liquidada	1	-	
8	30/09/2016	39.628,96	30/09/2016	39.628,96	0,00	Liquidada	1	-	
9	31/10/2016	40.036,93	28/10/2016	40.036,93	0,00	Liquidada	1	-	
10	30/11/2016	40.422,86	10/11/2016	40.422,86	0,00	Liquidada	1	-	
11	29/12/2016	40.805,11	09/12/2016	40.805,11	0,00	Liquidada	1	-	

Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa da União, ou prosseguimento da cobrança no caso de débito já inscrito, a falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela estando as demais pagas (art. 14-B da Lei nº 10.522, de 2002 e suas alterações). O pagamento a menor do valor da parcela também será considerado inadimplemento do parcelamento.

Conforme legislação vigente, os pagamentos efetuados a maior para o parcelamento não gerarão direito de restituição, exceto no caso de liquidação do parcelamento. Esses pagamentos efetuados a maior serão utilizados para amortizar o saldo do parcelamento, abatendo assim os valores das últimas prestações.

Guia de Antecipação: Gera GPS de antecipação do pagamento das últimas parcelas.

Guia de Resíduos: Gera GPS para pagamento de saldo devedor de parcelas pagas a menor.

Guia de Quitação: Gera GPS com valor do saldo devedor total do parcelamento.

Gerar Guia de Antecipação

Gerar Guia de Resíduos

Gerar Guia de Quitação

Versão 4.1.0.31

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: IELINEQUE REZENDE FALCAO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: UC70-EZDF-6580-LHYL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Dr. José Alves, 129 – Mogi Mirim – CEP 13.800.050 – Fone: (19) 3814-1000.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Requisição de documentos nº 005/2017 MJD - ITEM 5.5

EXERCÍCIO 2016

DECLARAÇÃO

Declaramos que não há, no exercício em exame, pendências de encargos sociais de exercícios anteriores, que não estejam consolidados em parcelamentos vigentes.

Mogi Mirim, 07 de abril de 2017.

Leonara Mariano Ferreira
Contadora – CRC 1SP247915/O-8